

Malan teme paralisação do Congresso

Segundo ministro, CPI ampla, geral e irrestrita acabaria interrompendo trabalho parlamentar.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, condenaram ontem a possibilidade de abertura de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção. Segundo o ministro, que cumpre agenda oficial em Londres, o Planalto não tem receio de investigação. Segundo Piva, o Congresso deveria partir para a agenda positiva e a CPI seria uma forma de fazer o País andar para trás.

O ministro disse que “se deve ir fundo nas apurações sempre se levando em conta que um indício não constitui prova, suspeita não é incriminação, indício não é evidência corroborada e desejos não constituem fatos consumados, principalmente desejos politicamente motivados”. Ele acredita que existe exacerbação do denunciismo não-comprovado. “O ônus da prova passa a ser do acusado e não de quem acusou.”

De acordo com Malan, em uma democracia moderna existem os instrumentos legais para se apurar denúncias, mesmo as politicamente motivadas. “É isso que está ocorrendo hoje. No Brasil, a experiência mostra que uma CPI ampla, geral e irrestrita tem o efeito de paralisar o Congresso. Nós temos projetos de lei importantes na pauta do Congresso para este ano.” Segundo o raciocínio defendido pelo ministro, a “paralisação” duraria dois anos, pois em 2002, ano eleitoral, as atividades parlamentares ficarão mais lentas.

Em São Paulo, Piva disse que a CPI é algo que se sabe como começa, mas não como termina. “Se ela for em frente, precisamos saber até onde é possível despolitizá-la.” As declarações do presidente da Fiesp foram feitas na noite de domingo, durante o programa *Passando a Limpo*, da Rede Record.

Piva discorda da afirmação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de que o presidente Fernando Henrique

Cardoso tem sido tolerante com a corrupção. “Eu tenho um grande respeito por ele.”

“Não acho que o presidente, em nome da governabilidade, tenha passado por cima de seus princípios”, disse o presidente da Fiesp. “A velocidade da política é diferente da velocidade da economia e as coisas não acontecem como deveriam.”

Sobre as eleições do próximo ano, Piva disse que não repetiria a avaliação feita em 1989 pelo então presidente da Fiesp, Mário Amato, de que a maioria dos empresários deixaria o País caso Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fosse eleito presidente.

Já Malan reafirmou que acha ser muito cedo para se iniciar a discussão sobre os nomes dos possíveis candidatos à sucessão de Fernando Henrique e negou ser o candidato do Planalto. (João Caminoto e Melchiades Cunha Júnior, da Agência Estado)

PIVA
DEFENDE
AGENDA
POSITIVA